

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA**ATO**

Ato N° 3/2024

Dispõe sobre o Plano de Ação de Pesquisa e Inovação do Biênio 2024/2025 do Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Cepel/ Emeron.

O DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMERON, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução n. 007/2015-PR, que dispõe sobre o Programa de Pesquisa e Publicação da Emeron;

CONSIDERANDO a Resolução n. 173/2020-PR, que dispõe sobre alteração da estrutura organizacional e do quadro de pessoal da Emeron, contendo o Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - Cepel;

CONSIDERANDO a Resolução n. 174/2020-PR, que dispõe sobre o Estatuto da Emeron;

CONSIDERANDO a Ata de Reunião 5/2024-CONSU/EMERON, em sessão realizada no dia 13/03/2024, que aprovou o presente Plano de Ação de Pesquisa do Biênio 2024/2025;

CONSIDERANDO o Processo SEI n. 0000060-40.2024.8.22.8700;

Art. 1º Em atenção ao disposto no artigo 3º do Programa de Pesquisa, Publicação e Intercâmbio da Escola da Magistratura de Rondônia, [Resolução n. 007/2015-PR](#) do Tribunal de Justiça de Rondônia, a Emeron apresenta seu Plano de Ação de Pesquisa e Inovação para o biênio 2024-2025.

Art. 2º O objetivo do Plano é definir metas, prazos e recursos para as ações de fomento à pesquisa, ações de inovação, publicação e intercâmbio do Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - Cepel. Além disso, visa orientar os grupos e linhas de pesquisa e a seleção de projetos de pesquisa, inovação e extensão que poderão ser institucionalizados pela Emeron e que farão parte do programa de incentivos à pesquisa do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Art. 3º O Cepel executará o plano de ação conforme os seguintes procedimentos:

- I) seleção de novos projetos de pesquisa com promoção da aplicação prática do conhecimento gerado;
- II) melhoria do processo de submissão de artigos para a Revista da Emeron visando à ampliação do rol de indexadores do periódico, bom como elevar o Índice Qualis/Capes, atualmente B2;
- III) publicação de um e-book por ano;
- IV) criação de repositório institucional digital;
- V) fomentação da cultura da Inovação no Poder Judiciário;
- VI) apoio e fomento ao incremento dos níveis de maturidade tecnológica de produtos ou processos inovadores gerados dentro do Poder Judiciário de Rondônia, na forma de patente com potencial para transferência de tecnologia.

Parágrafo único - As políticas editoriais (publicações) e de acesso à informação (gerenciamento de acervo digital - livros, teses e dissertações, fotografias, filmes, áudio e outros) serão definidas pelo Comitê de Redação Científica.

Art. 4º As diretrizes para a pesquisa e inovação na Emeron são as seguintes:

- I) priorizar processos e rotinas de trabalho das atividades ligadas ao Poder Judiciário do Estado de Rondônia – PJRO e contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços administrativos do TJRO, promovendo constantemente a tecnologia e inovação.
- II) fomentar o desenvolvimento e a inovação do saber científico, jurídico, filosófico, cultural e político da realidade social, como instrumento de produção acadêmica, empírica e tecnológica, para o aprimoramento da gestão judiciária.
- III) estimular a produção científica aplicada ao aprimoramento dos serviços judiciários, considerando que estudos de doutrina ou pesquisa sobre precedentes e inovações podem melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

Art. 5º As metas estabelecidas neste Plano de Ação de Pesquisa e Inovação (PAP) são:

- META 1 - Publicar pelo menos 1(um) e-book por ano.
- META 2 - Selecionar projetos de pesquisa com promoção da aplicação prática do conhecimento gerado.
- META 3 - Institucionalizar os projetos de pesquisa dos alunos do DHJUS, do Doutorandos (Bolsa de Pesquisa - Cepel) e do Minter Uerj-Emeron.
- META 4 - Realizar pelo menos 1(um) Seminário de Pesquisa por ano com publicação da produção científica.
- META 5 - Indexar a Revista da Emeron com vistas à manutenção/elevação do Índice Qualis/Capes.
- META 6 - Monitorar e oferecer suporte para a condução dos projetos de pesquisa selecionados para institucionalização no Cepel.
- META 7 - Realizar ações de intercâmbio com parcerias já firmadas e aprimorar a rede de cooperação em pesquisa com outras instituições.
- META 8 - Publicação dos resultados das pesquisas executados no biênio 2024/2025.
- META 9 - Atualizar os Grupos de Pesquisa na Plataforma Diretório de Grupos de Pesquisa - DGP/CNPq.
- META 10 - Atualizar as informações no Cadastro de Informações Institucionais - CADI/CNPq.
- META 11 - Atualizar as informações cadastrais na Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC.

META 12 - Atualizar as informações cadastrais na Plataforma Sucupira.
META 13 - Desenvolver e implementar 2 (duas) soluções inovadoras, sendo uma delas de natureza tecnológica.
META 14 - Participar de projeto ou ação conjunta com Laboratórios de Inovação e Núcleos de Inovação Tecnológica de Rondônia.
META 15 - Criar um espaço virtual para compartilhamento de pesquisas, produções e estudos acadêmicos relacionados à inovação no Poder Judiciário.

Art. 6º Quantos aos recursos estabelecidos no Plano de Ação de Pesquisa e Inovação (PAP), observa-se:

I) não há previsão orçamentária para o pagamento de bolsas de pesquisas no exercício de 2024.

II) eventuais recursos para bolsas em 2025 serão informados no momento próprio.

III) a Emeron disponibilizará os recursos humanos, logísticos e de material necessários à execução dos projetos de pesquisa conforme cada caso e mediante aprovação durante o processo seletivo.

IV) além dos meios mencionados acima, conta-se com recursos do Cepep, as bolsas relativas aos projetos de pesquisa de magistrados e servidores financiados pela Emeron e que forem institucionalizados, seguindo as orientações do Regimento Interno do Cepep e da Emeron.

3. GRUPOS DE PESQUISA

De acordo com o art. 7º da Res. n. 007/2015-PR, o Conselho Superior da Emeron deliberou pela criação dos quatro grupos de pesquisa descritos nesse ato.

A finalidade da criação desses grupos é a de garantir a adequação dos projetos de pesquisa do Cepep aos interesses do Poder Judiciário de Rondônia, obedecendo às demandas que lhe são próprias.

Durante os meses de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, Magistrados e Desembargadores do Tribunal de Justiça de Rondônia foram consultados acerca dos temas prioritários para a pesquisa. Essa consulta teve a finalidade de reunir os temas principais de interesse do Poder Judiciário rondoniense e que deveriam servir de base para a criação dos primeiros grupos de pesquisa, conforme a seguinte proposta inicial:

GRUPO 1: SISTEMA NACIONAL DE PRECEDENTES

Descrição: Esse grupo tem como objetivo investigar os impactos da criação de um sistema nacional de precedentes pelo Novo Código de Processo Civil, além de estudar modelos que vêm sendo adotados em todo o país pelos mais diversos tribunais para oferecer soluções semelhantes para questões que possuam o mesmo fundamento jurídico, com redução exponencial das demandas verificadas nos últimos anos e a utilização excessiva de recursos, aumentando a celeridade e a eficiência econômica e social do processo.

Linha 1 - Os Fundamentos e Institutos do Sistema de Precedentes no Novo Processo Civil Brasileiro

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Investigar os fundamentos científicos e as razões econômicas, jurídicas e políticas que deram origem às mudanças relacionadas ao uso dos precedentes judiciais que entraram em vigor no atual Código de Processo Civil brasileiro;

Analizar as possíveis divergências conceituais e os eventuais impactos que essas divergências podem causar na aplicação do NCPC nas decisões judiciais;

Estudar a forma como pesquisadores, doutrinadores e profissionais compreendem a necessidade de compatibilizar a força dos precedentes judiciais e a necessidade de individualização do direito e avaliar as carências técnicas e normativas para que o sistema opere corretamente.

Linha 2 - Modelos de Aplicabilidade do Sistema de Precedentes: Realidades e Desafios

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Analizar a aplicação do mecanismo de precedentes do NCPC pelo Tribunal de Justiça de Rondônia e por seus membros;

Realizar estudos comparando a atuação de tribunais e magistrados por meio de coleta de dados e utilização de recursos metodológicos quantitativos e qualitativos com a finalidade de aperfeiçoar instrumentos e desenvolver tecnologias de atuação mais eficazes;

Estudar possibilidades de associar o uso da tecnologia da informação e outros meios digitais ao esforço de solucionar divergências, disponibilizando informações sobre as decisões judiciais ao público e aos operadores com mais celeridade, clareza e concisão.

GRUPO 2: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E TECNOLOGIA

Descrição: Os desafios relativos ao aprimoramento da prestação jurisdicional crescem a cada ano. Nas últimas décadas, como consequência da evolução do sistema democrático brasileiro, cada vez mais pessoas buscam o Poder Judiciário para obter satisfação de seus direitos que, por outras vias, não obtiveram. Com um sistema sobrecarregado por uma demanda cada vez mais complexa, que ultrapassa 100 milhões de processos, o Poder Judiciário brasileiro é o mais acionado do mundo. Em estados como Rondônia, essa complexidade surge na difusão da distribuição geográfico-territorial, nas muitas identidades culturais, na sobrevivência dos problemas político-normativos decorrentes da transição de território federal para estado autônomo, nos indicadores sociais particularmente sobrepostos por problemas graves de subdesenvolvimento em porções consideráveis de suas fronteiras. O Grupo de Pesquisa em Administração Judiciária e Tecnologia, dedicado sobretudo à pesquisa aplicada, propõe a investigação de soluções para aumentar o alcance dos serviços administrativo-judiciais e aperfeiçoar a forma como esses serviços são prestados. O objetivo é utilizar as ferramentas de gestão e administração mais atualizadas para diagnosticar e resolver as dificuldades encontradas pelo Tribunal de Justiça de Rondônia para atingir índices mais elevados de eficiência, incluindo a utilização de meios alternativos e ferramentas de vanguarda para a solução de conflitos. Com o suporte de especialistas e estudos sobre tecnologias de ponta e inovação, o grupo estabelecerá parcerias com outros grupos e laboratórios de pesquisa vinculados a tribunais estaduais, federais e superiores de todo o país e em ambiente internacional, visando à troca de experiências e trabalho colaborativo para que cada projeto possa atingir a finalidade de transformar a realidade prática do cotidiano judicial rondoniense.

Linha 1 - Gestão e Processos Organizacionais

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Pesquisar técnicas e ferramentas de administração aplicadas ao cotidiano do serviço judicial em Rondônia, considerando, prioritariamente, as peculiaridades regionais, sem perder de vista os desafios globais;

Estudar estratégias organizacionais, como comportamento em organizações, bem como o planejamento estratégico e avaliação baseada em resultados, além da gestão de operações, desempenho de pessoas e de processos e os sistemas de controle gerenciais e de inovação organizacional;

Gerar conhecimento e criar os meios para transferir inovação por meio da elaboração de cursos e materiais de suporte para formação de pessoas no âmbito do poder judiciário rondoniense.

Linha 2 - Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Serviços Judiciários

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Investigar e desenvolver produtos tecnológicos aplicáveis ao aperfeiçoamento dos serviços administrativos e judiciais;

Estudar processos e ferramentas na área de eletrônica, informática e áreas afins cuja utilização bem-sucedida por outras instituições impliquem considerável aumento de produtividade e eficiência, de modo que possam ser adaptadas para o uso na realidade do judiciário rondoniense;

Fomentar a possibilidade de criação de um laboratório de inovação em tecnologias judiciais na região Amazônia, em parceria com instituições estratégicas para o desenvolvimento local, mesmo que provenientes de fora do país.

GRUPO 3: DIREITOS HUMANOS, CRIMINOLOGIA E EXECUÇÃO PENAL

Descrição: A defesa e a proteção dos direitos humanos são um compromisso constitucional do Estado brasileiro, obrigação de todos os poderes que formam a organização da ordem jurídico-política nacional. Desde algumas décadas, os elevados indicadores de violações graves de direitos humanos em estados como Rondônia chamam a atenção de todo o mundo, sobretudo em temas como conflitos agrários, violência urbana, impactos causados por grandes empreendimentos econômicos, tráfico de drogas e execução penal. Fronteira do desenvolvimento nacional e em franca expansão econômica, Rondônia representa um resumo das contradições brasileiras ao ser um estado sólido e economicamente saneado, mas também o estado onde mais se mata defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil. A maioria desses conflitos termina por impor pressão sobre o poder judiciário estadual, árbitro das relações potencialmente conflitivas entre a força pública, a sociedade civil, grupos privados e o cidadão comum. O Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Criminologia e Execução Penal tem por objetivo estudar os conflitos sociais que mais afetam os indicadores de direitos humanos e que são analisados pelo judiciário rondoniense; além de propor formas de atuação que possam auxiliar magistrados e magistradas no difícil trabalho de mediar e julgar essas disputas que envolvem elementos sociais tão intrincados e um conjunto normativo inovador, com reflexos internacionais.

Linha 1 - Justiciabilidade dos Direitos Humanos

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Estudar os conflitos em direitos humanos que chegam ao judiciário rondoniense e a forma de atuação nesses casos;

Avaliar a repercussão da atuação administrativo-judicial, as relações do poder judiciário com as outras instituições públicas e da sociedade civil que são interlocutoras na gestão desses conflitos;

Compreender a forma como os magistrados rondonienses aplicam as normas de direitos e demonstram entendimento das medidas aplicáveis aos casos sob sua tutela;

Desenvolver material didático para cursos de formação, treinamento e uniformização da atuação diante de casos complexos, sobretudo ações coletivas de natureza repetitiva que evidenciam um quadro de violações sistêmicas de direitos humanos.

Linha 2 - Segurança Pública, Execução Penal e Ressocialização

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Estudar o sistema de execução de pena em vigor no sistema normativo do Brasil e a forma como é aplicado em Rondônia;

Investigar as correlações entre os dados da segurança pública, as novas modalidades de cumprimento de pena e de administração dos processos de execução de pena, com a finalidade de apresentar projetos e soluções que possam minorar os efeitos da grave crise do sistema penitenciário rondoniense;

Avaliar a viabilidade e estimular o desenvolvimento de iniciativas multidisciplinares que envolvam medidas alternativas, projetos sociais, medidas de ressocialização e de desencarceramento, em parceria com instituições públicas e organizações da sociedade civil;

Conduzir estudos comparativos sobre outras realidades sociais, nacionais e internacionais, e elaborar material de formação de pessoas para atuação diferenciada como decorrência das pesquisas do grupo;

Atuar em parceria com o Grupo de Administração e Tecnologia, para integrar esforços de inovação com o uso da tecnologia para acompanhamento de cumprimento de pena e aperfeiçoamento do modelo de não-incentivo ao encarceramento.

GRUPO 4: MEIO AMBIENTE, FAMÍLIA E SOCIEDADE

Descrição: Vivemos em um planeta com recursos finitos, que precisam ser bem administrados para assegurar o bem-estar das gerações atuais e futuras. Por outro lado, os problemas que envolvem o meio ambiente não podem ser dissociados dos problemas sociais e familiares, uma vez que tudo está inter-relacionado. Assim, o Grupo 4 tem por objetivo conduzir investigações sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade, assim como as dimensões atuais do afeto familiar, das novas configurações familiares, dos avanços e retrocessos sociais e familiares, sobre violência doméstica, violência contra a mulher, contra a criança e o adolescente. Nesse contexto, importa considerar que o Brasil possui grande território com imensurável riqueza (hidrologia, biodiversidade, étnica, cultural etc), mas, ao mesmo tempo, apresenta elevados índices de violência e desigualdade social que geram inúmeros conflitos os quais acabam chegando ao Poder Judiciário. Assim, olhar para os problemas ambientais, familiares e sociais é mais do que necessário e exige pesquisas que possam encontrar soluções mais adequadas e eficazes para o enfrentamento desses conflitos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Linha 1 - Violência contra a mulher, a criança e o adolescente

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Estudar a natureza multidimensional do problema da violência contra a mulher, mediante abordagens de investigação complexas e multidisciplinares;

Estudar o impacto sobre o Poder Judiciário rondoniense da judicialização dos conflitos familiares e a forma como são obtidas as respostas para essas demandas;

Avaliar a capacidade das medidas adotadas pelo Poder Judiciário impactarem positivamente a diminuição da violência contra a mulher, a criança e o adolescente no estado;

Investigar as dimensões contemporâneas das uniões familiares e suas interrelações sociais;

Analisar como os conflitos entre as formas tradicionais e as formas contemporâneas dos relacionamentos afetivos chegam ao Poder Judiciário em busca de reconhecimento e de acesso aos direitos e de que forma o judiciário rondoniense vem respondendo a essas demandas;

Avaliar o modelo de prestação jurisdicional em vigor em temas como adoção, guarda compartilhada, alienação parental, separação e divórcio e outros institutos, e como o Poder Judiciário pode melhorar esse atendimento, inclusive com novas metodologias, até mesmo interdisciplinares, que permitam prestar uma jurisdição efetiva e até mesmo obstar a judicialização excessiva dessas demandas.

Linha 2 - Justiça e Sociedade na Amazônia

Essa linha engloba pesquisas com seguintes objetivos:

Estudar questões que afetam o meio ambiente, o desenvolvimento e a sustentabilidade, com enfoques multidisciplinares;

Pesquisar modos de atuação jurisdicional que permitam enfrentar os conflitos de natureza ambiental, social e econômica, de forma eficiente;

Analizar como o Poder Judiciário pode proceder para que determinados impactos, especialmente os de natureza significativa, possam ser prevenidos, minimizados ou compensados de forma adequada, observando-se os princípios constitucionais e normas que vigem no Direito Ambiental Brasileiro e aquelas provenientes da justiça transnacional;

Avaliar as formas de intervenção adotadas pelo Poder Judiciário para mediar conflitos locais, regionais ou mesmo de natureza internacional em que estão envolvidos interesses econômicos e a proteção da diversidade cultural e biológica dos povos e comunidades amazônicas;

Compreender as mudanças socioambientais da Amazônia e as repercussões dessas mudanças na cultura institucional do sistema de justiça.

Art. 7º - Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º - Revoga-se o Ato nº 10/2022.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE MIGUEL, Diretor (a) da Emeron, em 14/03/2024, às 13:31 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador 3914029e o código CRC B00D20DC.

SECRETARIA GERAL

PORTARIAS

Portaria Conjunta n. 103/2024-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato 9 (3782774), disponibilizado no DJE n. 9 de 8/1/2024;

Considerando o que consta na [Resolução n. 020/2014-PR](#), que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta na [Instrução n. 112/2023-TJRO](#), que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI n. 0001392-08.2024.8.22.8000,